



**CNBB**  
CONFERÊNCIA NACIONAL  
DOS BISPOS DO BRASIL

Comissão Especial  
para a Ecologia  
Integral e Mineração

# MISSÃO JUNTO AO POVO INDÍGENA KA'APOR

*Terra Indígena Alto Turiaçu – Maranhão*

18 a 21 de dezembro de 2023



Comissão Especial  
sobre Mineração  
e Ecologia Integral

## Expediente

Comissão Episcopal Especial para  
Ecologia Integral e Mineração da  
Conferência Nacional dos Bispos do  
Brasil  
SE/Sul Quadra 801 Conjunto “B”  
Brasília - DF

Presidente da Comissão Episcopal  
Especial para Ecologia Integral e  
Mineração - dom Vicente Ferreira

Membros:  
dom Edson Damian, dom Gabriele  
Marchesi, dom Norberto Foerster,  
dom Francisco Cota

Assessores:  
frei Olavo Dotto, Moema Miranda,  
frei Rodrigo Peret, Roberto Malvezzi  
(Gogó) e padre Dário Bossi

Fotos:  
Elitiel Pereira de Souza Guedes/MST

Diagramação:  
Mateus Leal

# SUMÁRIO

## APRESENTAÇÃO

- 1** PREAMBULO
- 2** INFORMAÇÕES ESSENCIAIS  
SOBRE A MISSÃO
- 3** CONTEXTO GEOGRÁFICO E  
HISTÓRICO
- 4** OBSERVAÇÕES DA MISSÃO
- 5** RECOMENDAÇÕES E  
ENCAMINHAMENTOS
- 6** COMPROMISSOS COMO  
IGREJA
- 7** CLIPPING

Sumário interativo



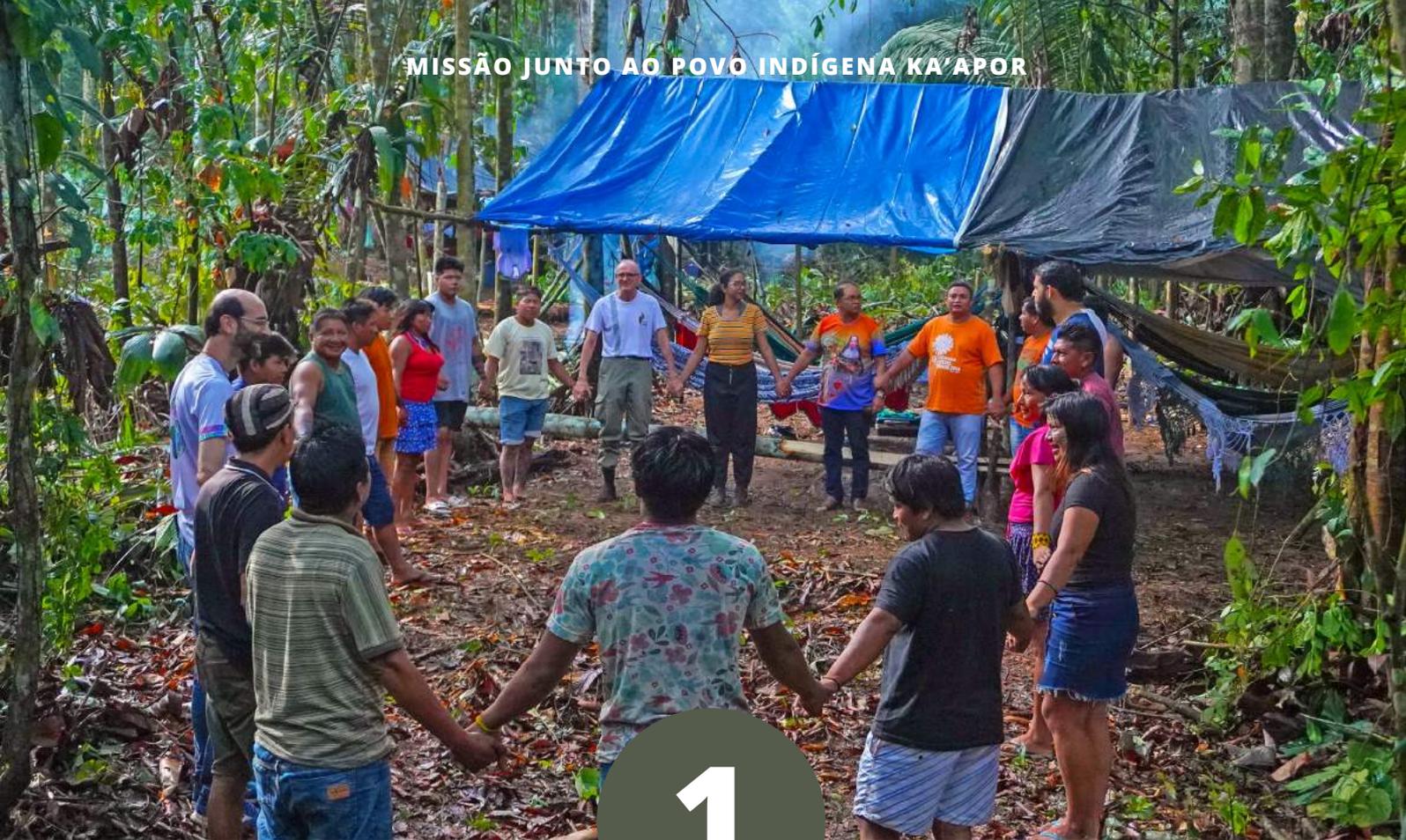


# APRESENTAÇÃO

Apresentamos neste relatório uma ação significativa da Igreja em escuta do grito da Terra e dos pobres. Como recomenda o Sínodo da Amazônia, “queremos ser uma Igreja amazônica, samaritana, encarnada no modo como o Filho de Deus se encarnou: ‘Tomou sobre si as nossas doenças e suportou as nossas dores’ (Mt 8, 17b)”.

Em particular, a escuta e a aliança com os povos indígenas são ações prioritárias e urgentes, num contexto de crescente violência e exclusão destes povos, verdadeiros guardiões da criação em tempos de crise ambiental e climática.

*O povo Ka'apor, no Maranhão, é testemunha de resistência e esperança, mas vem sofrendo constantemente ataques e ameaças. A missão da Igreja na Terra Indígena Ka'apor representa um compromisso e ressoa as denúncias e reivindicações deste povo.*



# 1

## PREÂMBULO

A Comissão para Ecologia Integral e Mineração da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CEEM-CNBB) foi criada em 2019, solidificando um Grupo de Trabalho anterior, com a missão de consolidar uma maior presença da Igreja e de uma assessoria pastoral específica sobre a Ecologia Integral e os desafios do extrativismo predatório. Ela poderia oferecer formação, materiais de aprofundamento, articulação entre as igrejas locais e interação com outros movimentos populares e redes, com destaque para a rede ecumênica Igrejas e Mineração.

Igrejas e Mineração é uma rede latino-americana que articula comunidades religiosas, de diversas confissões cristãs e de outras espiritualidades e manifestações de fé, na defesa dos territórios, à luz do magistério das Igrejas, com destaque pela Encíclica Laudato Si' e a Confissão evangélica de Accra.

Em julho de 2022, representantes da CEEM e da Rede Igrejas e Mineração participaram do X Fórum Social Pan-Amazônico (FOSPA) em Belém (PA), ocasião na qual se reuniram povos indígenas, populações tradicionais, movimentos populares, grupos acadêmicos, juventudes e mulheres dos nove países que compõem a Pan-Amazônica. Nesta oportunidade, uma delegação de lideranças indígenas do povo Ka'apor participou junto com o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) de uma oficina sobre segurança e defesa dos territórios. Itahu Ka'apor, membro do conselho de gestão indígena Tuxa Ta Pame, era um dos relatores na oficina, apresentou uma experiência consistente de autoproteção, mas também um pedido de socorro, pelo aumento das ameaças à Terra Indígena Alto Turiaçu, no Maranhão.

Reuniões presenciais e virtuais, em seguida, permitiram compreender melhor o contexto, a organização indígena e a necessidade de apoio da própria Igreja Católica.

Foi criada uma equipe multidisciplinar, incluindo a coordenação e assessoria jurídica do CIMI, do Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST), do Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP), do grupo de pesquisa “Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente” (GEDDMA-UFMA) e uma equipe externa de comunicadores/as para garantir visibilidade à missão e difusão de seus resultados.

Foram cultivadas relações com a Igreja local do Maranhão, particularmente por meio do bispo referente da Pastoral Indigenista, dom Evaldo Carvalho dos Santos, bispo da diocese Viana (MA); do bispo da Diocese de Zé Doca, dom João Kot, e do arcebispo de São Luís, presidente do Regional Nordeste 5 da CNBB e da Comissão Episcopal para Amazônia, dom Gilberto Pastana.

Algumas tentativas de marcar a missão ficaram frustradas pela dificuldade de conseguir uma agenda comum, entre as prioridades e condições do povo indígena e aquelas da Igreja e dos atores acima mencionados.

Finalmente, a missão foi realizada nos dias de 18 a 21 de dezembro de 2023.

# INFORMAÇÕES ESSENCIAIS SOBRE A MISSÃO



## QUANDO

18 a 21 de dezembro de 2023



## ONDE

- São Luís – encontro da delegação, organização da missão e viagem;
- Santa Teresa do Paruá, município de Presidente Médici (MA) – Centro Pastoral dos Irmãos de La Salle) – encontro com o *Jumu'eha Renda Keruhu* – Centro de Formação dos Saberes Ka'apor
- Centro do Guilherme (Quadra 45) – Visita de apoio à *Ka'a Usak Há Ta*, Área de Proteção Indígena
- São Luís, no Instituto de Estudos Superiores do Maranhão (IES-MA) coletiva de imprensa sobre a missão



## QUEM

- Dom Gabriele Marchesi, bispo de Floresta (PE) e membro da CEEM
- Padre Dário Bossi, assessor da CEEM e membro da Rede Igrejas e Mineração
- Gilderlan Rodriguez, membro da coordenação do CIMI
- Gabriel Serra, assessor jurídico do CIMI

## MISSÃO JUNTO AO POVO INDÍGENA KA'APOR

- Gilberto de Lima Santos, coordenador do Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP-MA)
- Elitiel Pereira de Souza Guedes, assessor de comunicação e militante do MST
- Raniery Flores, membro do GEDDMA-UFMA
- Padre Paulo Ricardo Teixeira Marques, referente para a Pastoral Indigenista da Diocese de Zé Doca



## QUEM RECEBEU A MISSÃO

- Tuxa Ta Pame – Conselho de Gestão do Povo Ka'apor
- Professores e corpo administrativo do Centro de Formação dos Saberes Ka'apor
- Irmãos de La Salle



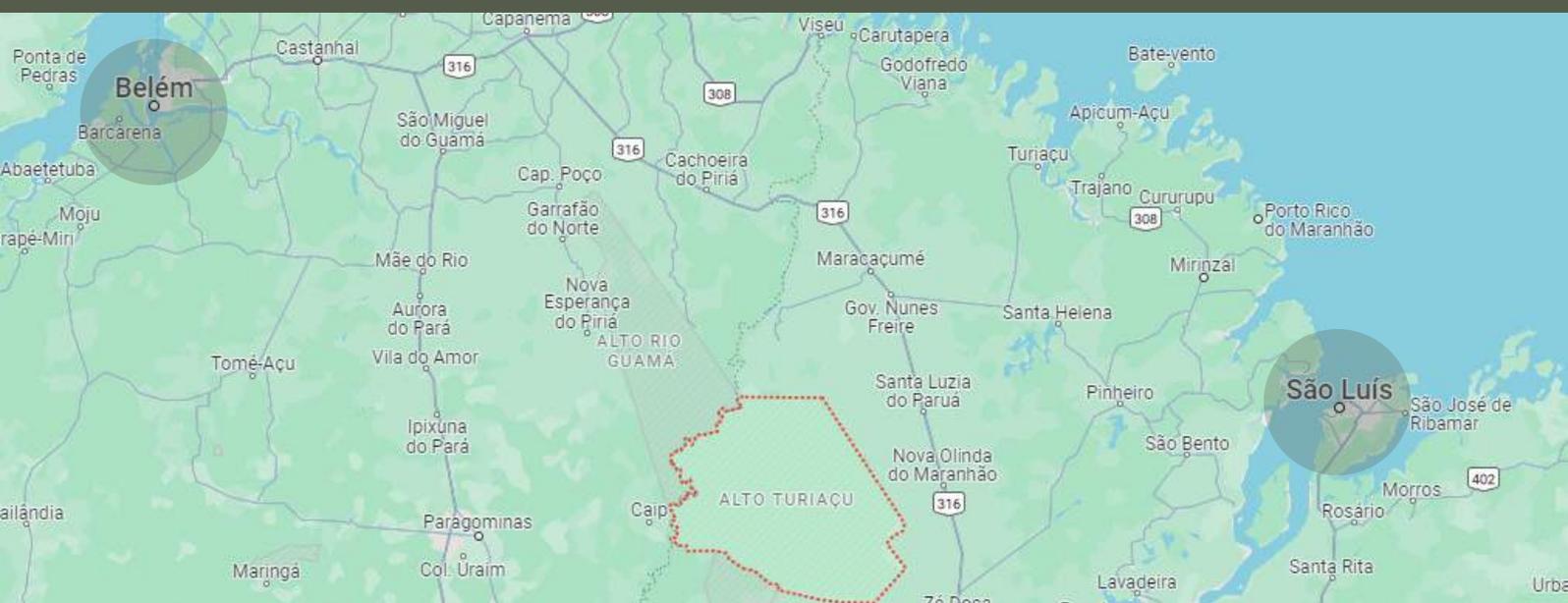
# 3

## CONTEXTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO

 + **530 MIL**  
hectares

 **BR316**  
As margem  
da rodovia

 **7H**  
de Belém (PA)  
e São Luís (MA)



A Terra Indígena Alto Turiaçu está situada entre a região noroeste do Maranhão e nordeste do Pará. A maior parte das relações políticas, jurídicas, de administração da saúde etc., se dá pelo Pará (municípios de Paragominas, Santa Luzia do Pará, Cachoeira do Piriá, Capanema, Castanhal e Belém). O território tem 530.524,000 mil hectares e fica às margens da BR 316 (Belém-Teresina-Recife). O território fica a 7 horas de Belém e 7 horas de São Luís (MA). No Maranhão, está superposto a seis municípios do Noroeste do Estado (Zé Doca, Araguanã, Nova Olinda do Maranhão, Maranhãozinho, Centro do Guilherme e Centro Novo do Maranhão). As Terras Indígenas (TIs) estão num mosaico ambiental: TI Alto Turiaçu, TI Awa, TI Caru, Reserva Biológica do Gurupi, Reserva Florestal do Gurupi, TI Alto Rio Guamá. No percurso, à margem direita da BR 316, sentido Belém, está os territórios indígenas; à margem esquerda, os territórios quilombolas.

1870

Conforme informações sintéticas do Instituto Socioambiental (ISA), “os Ka’apor surgiram como povo distinto há cerca de 300 anos, provavelmente na região entre os rios Tocantins e Xingu. Talvez por causa de conflitos com colonizadores luso-brasileiros e com outros povos nativos, iniciaram uma longa e lenta migração que os levou, nos idos de 1870, do Pará, através do rio Gurupi, ao Maranhão.

1900

Colonizadores brasileiros que atacaram e aniquilaram aldeias Ka’apor, por volta de 1900, ficaram surpresos ao descobrirem esplêndidos cocares de penas coloridas dentro de pequenos baús de cedro, que os sobreviventes, em fuga, teriam abandonado.

1911

Quando as autoridades brasileiras tentaram “pacificá-los” pela primeira vez, em 1911, os Ka’apor, como os Nambiquara no Mato Grosso, eram considerados um dos povos nativos mais hostis no país.

1928

Tal pacificação, tanto dos Ka’apor quanto dos *Karai* (não índios), ocorreu em 1928 e durou por quase 70 anos<sup>1</sup>.

1975

“Em 1975, a população caiu para menos de 500 pessoas. Desde então houve uma certa recuperação no número de indivíduos, para cerca de 1.800, mas os Ka’apor e sua floresta permanecem sob constante ameaça. Hoje, 76% da cobertura original da Floresta Amazônica do Maranhão já desapareceu. Quase um quarto do que resta, cerca de 5 mil quilômetros quadrados, pertence aos Ka’apor da Terra Indígena Alto Turiaçu, reconhecida oficialmente pela Funai em 1982”<sup>2</sup>.

1 Povos indígenas no Brasil – ISA. Disponível em <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Ka'apor>, acesso em 30.12.23

2 A estratégia dos Ka’apor para conter invasores e salvar uma das últimas florestas do Maranhão. Disponível em <https://amazonia.org.br/2022/03/a-estrategia-dos-kaapor-para-conter-invasores-e-salvar-uma-das-ultimas-florestas-do-maranhao/>, acesso em 31.12.23

2013

A relação com a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) foi sempre conturbada, seja pelo crescente perigo de influência externa nas terras e cultura Ka'apor, seja por evidências de favoritismo e apoio de algumas famílias em detrimento do coletivo indígena.

“Em 2013, as coisas chegaram ao ápice quando a comunidade de Gurupiuna foi atacada por madeireiros. Enquanto os homens estavam fora, pessoas armadas invadiram a aldeia, espancando mulheres e crianças. Frustrados com a incapacidade ou a falta de vontade política do Estado de protegê-los, os Ka'apor decidiram resolver o problema com as próprias mãos.

Acabaram com o sistema de cacicado imposto pela Funai e restauraram o modelo tradicional de gestão Ka'apor, criando um conselho de caciques — *Tuxa ta Pame* — e, consagrando um Pacto de Convivência entre os líderes de várias comunidades. As decisões seriam tomadas coletivamente dentro de um sistema descentralizado e mais democrático.

2014

O *Tuxa ta Pame* expulsou a Funai em 2013, montando seu próprio programa de educação priorizando a língua Ka'apor em detrimento do português. **Em 2014, criou o Jumu'e ha renda Keruhu (Centro de Formação e Saberes Ka'apor)**, um programa de educação administrado por indígenas para formar e treinar futuros líderes, preservando os costumes de seus ancestrais.

Em resposta à ameaça de invasões ilegais, o *Tuxa ta Pame* criou a *Ka'a usak ha* (Guarda de Autodefesa Ka'apor)<sup>3</sup>, cuja atuação foi acompanhada pela missão.

Com a mediação da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), o povo indígena criou uma associação cuja principal função é administrar o dinheiro repassado pela mineradora Vale S.A., pelas condicionantes do Plano Básico Ambiental na concessão de uso da Estrada de Ferro Carajás. A ferrovia provoca impactos indiretos sobre

---

3 Ibidem

cerca de cem comunidades indígenas, quilombolas, camponesas ou urbanas, pelo transporte de mais de 200 milhões de toneladas de minério de ferro por ano, extraído na Amazônia paraense, em Parauapebas, e transportado por 900 Km até o porto de São Luís (MA). A administração deste dinheiro tem provocado conflitos, divisões e favoritismos no seio das comunidades indígenas.

Relatos dos próprios indígenas e de assessores indigenistas que os acompanham testemunham um recrudescimento recente dos conflitos. O povo Ka'apor foi frequentemente criminalizado e alvo de ataques, inclusive por possíveis vazamentos de informações que facilitaram invasões de aldeias e da Terra Indígena. Entre a cidade e os territórios indígenas, existem áreas de assentamentos sendo griladas pelos garimpos, fazendeiros e mais recentemente cobiçadas por empresas mineradoras.

Diversas lideranças locais foram incluídas em Programas de Defensores do governo estadual e federal.

2015

**“O cacique Eusébio Ka'apor foi emboscado e assassinado por pistoleiros em 2015. No ano seguinte, um membro da Guarda de Autodefesa, Sairá Ka'apor, foi esfaqueado até a morte no povoado madeireiro de Betel, no município de Araguañã. Em 2019, Kwaxipuru Ka'apor foi espancado até a morte e, no ano passado (2021), Jurandir Ka'apor foi baleado e morto por madeireiros”<sup>4</sup>.**

2016

Um assessor indigenista relata que **“desde 2016, 7 lideranças indígenas e 5 não indígenas passaram por processos de criminalização. Dessas lideranças, 3 abandonaram o trabalho, uma foi assassinada recentemente, 3 estão ameaçadas e uma responde a processos penais de criminalização”**.

“Um dos principais responsáveis pela criação de sistemas de auto-defesa indígena do país, Sarapó Ka'apor era alvo de ameaças e integrava o Programa de Proteção a Defensores e Defensoras de Direitos

4 Ibidem

2023

Humanos do Maranhão desde 2015, junto a outras três lideranças”<sup>5</sup>. Sarapó compunha o Conselho Indígena Tuxa Ta Pame; os demais conselheiros denunciam que o líder foi envenenado, em maio de 2022, pois “sangrou pela boca” após ingerir peixe que ganhou de morador dos arredores da TI Alto Turiaçu; o corpo foi exumado após pressão, mas a perícia não esclareceu a suspeita de envenenamento e o crime continua impune.

Mais recentemente, uma **nova ameaça** está invadindo a Terra Indígena: trata-se do **comércio de créditos de carbono**, no contexto de falsas soluções à crise climática, como a própria CEEM vem denunciando há tempo. **O Tuxa Ta Pame denunciou o seguinte, em nota divulgada em dezembro de 2023:** “A empresa Worldlife Works através da ONG Forest Trend estão invadindo as comunidades sem autorização das lideranças e estão enganando parentes que não falam português com esse projeto falso de mercado de carbono”.

Em nota, povo Ka’apor se posicionou contra a implantação de projetos de Economia Verde dentro do território

No documento, os indígenas afirmam que estão desenvolvendo estratégias próprias para proteger as florestas

*“NOSSO TERRITÓRIO, NOSSA FLORESTA NÃO ESTÁ À VENDA”  
NOTA PÚBLICA DO TUXA TA PAME SOBRE A ECONOMIA VERDE*

*Nós do território indígena do Alto Turiaçu, diante da omissão histórica do Estado brasileiro, desenvolvemos nossas estratégias de autonomia e assim estamos protegendo nossas florestas.*

<sup>5</sup> Morte misteriosa de liderança indígena completa quatro meses sem avanços na investigação. Disponível em <https://amazonia.org.br/2022/09/morte-misteriosa-de-lideranca-indigena-completa-quatro-meses-sem-avancos-na-investigacao/>. Acesso em 31.12.23

*Quase sem acesso a nenhuma política pública, ameaçados e hostilizados por grupos locais que disputam nossos bens culturais, seguimos em nosso projeto de vida (jupihu katu ha), que envolve a transição agroecológica, um projeto de educação próprio e uma estratégia de defesa territorial por nossa guarda de autodefesa (ka'a usak ha ta).*

*Assistimos agora com preocupação a tentativa de implantar no coração do nosso território projetos de “economia verde” com essa REDD+, visando a mercantilização da natureza e a cessão da gestão da floresta para os interesses corporativos do mercado.*

*Nesse sentido, o TUXA TA PA ME vem a público se posicionar contra toda e qualquer medida que vise a implantação desse tipo de projeto na Terra Indígena Alto Turiaçu.*

*Gurupiuna, Centro Novo do Maranhão, 18.02.2023*

## Artigo e vídeo de referência



Para aprofundamento, aconselhamos o seguinte vídeo:

Arco de saberes da floresta, forjando sujeitos autônomos <https://www.youtube.com/watch?v=QcRYIzD4SUY>



E a seguinte reportagem:

A estratégia dos Ka'apor para conter invasores e salvar uma das últimas florestas do Maranhão <https://amazonia.org.br/2022/03/a-estrategia-dos-kaapor-para-conter-invasores-e-salvar-uma-das-ultimas-florestas-do-maranhao/>



# OBSERVAÇÕES DA MISSÃO

A missão realizada por CEEM, Igrejas e Mineração, MST, CPP, GEDMMA-UFMA e Diocese de Zé Doca escutou numerosas confirmações e constatou algumas das denúncias entre aquelas apresentadas no contexto acima.

Um dos desfechos da missão foi um ofício assinado pelos bispos Dom Vicente Ferreira (presidente da CEEM e bispo de Livramento de Nossa Senhora-BA), Dom Gabriele Marchesi e Dom Gilberto Pastana, enviado ao Ministério Público Federal do Maranhão, cujo conteúdo apresentamos, parcialmente, a seguir.

“Neste mês de dezembro, a missão encontrou os líderes do Tuxa Ta Pame e vários outros indígenas Ka’apor na avaliação e planejamento do *Jumu’eha Renda Keruhu* – Centro de Formação Saberes Ka’apor, conhecendo e aprofundando a fascinante **metodologia pedagógica Ka’apor**, construída e administrada por eles mesmos, segundo o princípio do “aprender com a floresta”.



Em seguida, deslocou-se à margem da Terra Indígena prestando solidariedade à 12ª Área de Proteção Territorial, instalada pelo povo Ka'apor no antigo ramal de madeireiros na quadra 45 do município de Centro do Guilherme. As **áreas de Proteção**, chamadas de *Ka'a Usak Há Ta*, são uma metodologia de autodefesa e proteção coletiva, organizadas e autogestionadas pelos indígenas, com a finalidade de vigiar sobre o território impedindo o acesso de invasores, na perspectiva não violenta de proteger sem atacar. Já existem 12 áreas em volta do território indígena, demarcando sua fronteira; estas áreas não são reconhecidas pela Funai, mas deveriam sê-lo, já que estão sendo criadas pelos próprios Ka'apor, em vista da construção de acordos de salvaguarda do território que poderão ser desenvolvidos e formalizados, em sintonia com o Protocolo de Consulta Prévia, Livre e Informada previsto pela Convenção 169 da OIT.

Ao longo da visita, esta Comissão Episcopal, junto aos outros membros da missão, ouviu diversas denúncias e soube das solicitações das lideranças *Tuxa Ta Pame* para **uma intervenção do Ministério Público Federal**. Sabemos que está em curso um diálogo e que está prevista uma próxima reunião do *Tuxa Ta Pame* com o MPF do Maranhão na primeira metade de janeiro 2024. Reconhecemos o valor deste processo e o papel fundamental do MPF na defesa dos direitos do povo Ka'apor, de todos os povos indígenas e de seus territórios. Colocamo-nos à disposição, como Igreja em sua hierarquia e em suas pastorais sociais, para o apoio que se tornar necessário e que for possível, em vista de providências concretas frente às denúncias indígenas. A Igreja está se convertendo progressivamente à causa indígena, reconhecendo seus erros e sua perspectiva -em muitos casos- colonial. O Conselho Indigenista Missionário e as pastorais indigenistas de nossas dioceses atuam há décadas em defesa dos direitos e do protagonismo indígenas.

Aproveitamos deste ofício para destacar **as principais violações** que pudemos reconhecer em nossa visita, na certeza de que o diálogo com as lideranças Ka'apor do *Tuxa Ta Pame* seja construtivo e encaminhe ações de efetivo enfrentamento delas.



## Invasão da Terra Indígena por caçadores e madeireiros

As áreas de proteção são instaladas com grande sacrifício pelos povos indígenas por terem identificado invasão de suas terras por pessoas e grupos em busca de caça, pesca ou madeira dentro da TI. Foram sinalizadas recentemente entradas de motocicletas de diversos lugares da região, pelo antigo ramal de madeireiros na quadra 45 do município de Centro do Guilherme. Invasões deste tipo acontecem em outras fronteiras da TI.

Deste modo, é sabido pelos órgãos públicos que já há ação de cumprimento de sentença, tramitando sob processo n. 1028237-82.2021.4.01.3700, onde foi determinado à UNIÃO, FUNAI E IBAMA, que elaborassem plano de fiscalização de modo a garantir a mais plena, efetiva e contínua proteção das seguintes áreas: Terra Indígena Alto Turiaçu, Awá-Guajá e Caru, bem como, a implantação de postos de fiscalização no perímetro das TI's com fulcro em coibir de forma integral e efetiva a atividade ilegal de devastação dessa região, com estrutura e quadro de pessoal compatíveis com esse objetivo, conforme consta em decisão sob ID: 850055571 no curso do processo retromencionado, deste modo, diante da observação *in loco* é nítido que tal decisão não gerou consequências no território Alto Turiaçu visto que nesta ida a campo, percebemos de forma reiterada que os atos atentatórios aos indígenas e seu território vem se perpetuando.



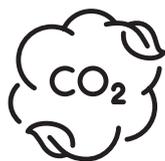
## Ameaça do garimpo às margens da TI

Garimpos ilegais estão se aproximando cada vez mais da TI Alto Turiaçu e, em alguns casos, adentraram o território indígena. Alguns garimpos foram “legalizados” pelos municípios de Centro do Guilherme e Centro Novo do Maranhão, aparentemente sem suficientes garantias de proteção ambiental e trabalhista, com a anuência de prefeitos, vereadores e fazendeiros. É urgente uma fiscalização ambiental destas regiões, levando em consideração os impactos diretos e indiretos que o garimpo provoca às áreas indígenas, bem como aos moradores/as dos referidos municípios. É também urgente uma fiscalização sobre possíveis invasões de garimpeiros dentro da TI Alto Turiaçu e a expulsão dos mesmos. Além disso, é necessária a fiscalização do território para plantação e beneficiamento de drogas e o aliciamento e venda de drogas para indígenas nas comunidades de Santa Luzia do Paruá, Maranhãozinho, Centro do Guilherme e Centro Novo do Maranhão.



## Pesquisa de empresas mineradoras às margens e dentro da TI

Da mesma forma, estão aumentando os requerimentos de pesquisa mineral às margens e dentro da TI Alto Turiaçu, por ter evidências da presença de ouro e outros minérios. Os indígenas denunciam que já foram encontradas áreas desmatadas, dentro de seu território, com sinais de escavação e pesquisa não autorizada. A pressão das mineradoras em volta das terras indígenas estaria aumentando nestes últimos tempos, em que as decisões do poder legislativo federal podem vir a autorizar a mineração em terras indígenas. A maioria dos Ka'apor e as lideranças deste povo estão resolutamente contra a exploração mineral de suas terras, mas a sedução das empresas dividiu este povo e enfraqueceu a defesa de seu território.



## Reuniões não autorizadas com grupos de famílias indígenas para apresentar e iniciar a negociação sobre créditos de carbono

A falta de regulamentação estatal do comércio dos créditos de carbono e a livre iniciativa privada estão criando diversos conflitos em muitas regiões do País, particularmente nas terras indígenas ou junto a outras comunidades tradicionais. No caso dos Ka'apor, está acontecendo o mesmo. O *Tuxa Ta Pame* denuncia a entrada não autorizada de representantes das empresas *Wildlife Works* e *Forest Trend*, interessadas em buscar acordos com famílias e aldeias Ka'apor em vista de contratos de compra venda de créditos de carbono. A mineradora Vale S.A. tem reforçado, por meio de seus representantes, em aliança à *Wildlife Works*, estes projetos. As abordagens dos representantes destas empresas estariam acontecendo sem o conhecimento das lideranças indígenas e sem nenhuma mediação cultural. A maioria dos Ka'apor e as lideranças deste povo estão resolutamente contra contratos de créditos de carbono suas terras, mas a sedução das empresas, as promessas de lucro fácil e a omissão de todas as consequências destes projetos podem vir a dividir este povo também com respeito a esta nova invasão de seus territórios e modos de vida. A Igreja está disposta a oferecer oportunidades de formação e intercâmbio para que haja uma compreensão ampla e crítica sobre os riscos destas que consideramos “falsas soluções” para a vida dos povos indígenas.



## Precariedade no atendimento à saúde indígena

O *Tuxa Ta Pame* denuncia precariedade no atendimento médico, aumento das doenças e falta de assistência dos profissionais de saúde nas aldeias e áreas de proteção, bem como falta de medicamentos. Existe há tempo uma crítica deste

conselho indígena ao modus operandi da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) no Maranhão e do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI), sobretudo por relações de clientelismo, paternalismo e favorecimento de alguns grupos familiares indígenas e não indígenas em sua administração. O *Tuxa Ta Pame* exige respeito ao seu protagonismo, como organização própria e ancestral do povo Ka'apor.

O MPF judicializou recentemente a ACP 1027565-11.2020.4.01.3700, onde o CIMI é assistente de acusação, sobre **saúde indígena no MA**, para que o Estado garanta a presença dos profissionais de saúde nas aldeias e para que estes sejam indicados pelas próprias comunidades indígenas, sendo respeitados seus modos de vida e sua tradição na cura das doenças, além disto, para que fosse implementado junto aos povos um plano de trabalho, com fornecimentos de insumos e ferramentas, de modo a fomentar atividades produtivas, no âmbito da agricultura familiar e criação de animais de pequeno porte, com vistas ao combate à insegurança alimentar e monitoramento e isolamento especial dos indígenas isolados e de recente contato no Estado do Maranhão, cabendo à Frente de Proteção Etnoambiental Awá comprovar a adoção de medidas concretas visando a execução do Plano de Contingência Especial, isolando-os inclusive dos demais grupos indígenas que coabitam as Terras Indígenas Alto Turiaçu, Awá, Caru e Arariboia, contudo, tais determinações judiciais nesta ação, também não vem se observando o cumprimento *in loco*, deste modo se perfaz como imprescindível que o Ilustre Procurador da República possa avançar judicialmente nas manifestações que forem cabíveis para o cumprimento de tais decisões judiciais.



## Criminalização e impunidade

Como em muitas outras situações, a falta de garantia de direitos transforma-se em falta de segurança e ataque direto às lideranças e comunidades que tentam reivindicá-los, clamando e denunciando. A criminalização, as ameaças e as mortes de lideranças são estratégias constantes e cruéis para enfraquecer a resistência e

reduzir as denúncias. Isso está acontecendo muito junto ao povo Ka'apor e às assessorias indigenistas que caminham com ele. Diversas lideranças estão sofrendo ameaças de morte. O caso mais recente foi a morte, em 14 de maio de 2022, do líder Sarapó Ka'apor, que vinha defendendo uma área protegida, visada por empresas mineradoras de ouro. Apesar das denúncias dos outros líderes indígenas por evidentes indícios de envenenamento de Sarapó, as investigações não chegaram ainda a concluir nada sobre sua morte; o povo Ka'apor segue clamando por justiça e responsabilização e contra a impunidade.

A TI Ka'apor é a maior do Maranhão; boa parte dela está ainda preservada e representa uma das últimas áreas de floresta amazônica no Maranhão, resistindo à expansão do agronegócio e da mineração. A organização do povo Ka'apor e seu modo de vida e defesa do território, integrado, participativo, autogestionado e visionário, por investir na educação coletiva, é uma referência para outros povos indígenas do Maranhão e é conhecido Brasil afora, graças a encontros e atividades de educação e mobilização popular, intercâmbio e estudo dos quais as lideranças Ka'apor tem frequentemente participado.

O modelo de monitoramento territorial com mapeamento participativo dos ecossistemas bioculturais e coleta de sementes para criação dos viveiros agroflorestais mostra

a visão integral de vida que este povo está desenvolvendo e oferecendo também à nossa cultura, para que aprendamos novas formas de nos relacionar com os outros seres vivos, numa perspectiva de Ecologia Integral.

Por todos estes motivos, a Comissão para Ecologia Integral e Mineração da CNBB apoia a vida e a luta do povo Ka'apor e recomenda vivamente que sua causa seja assumida pelas instituições públicas com prioridade e máximo empenho, a fim de defender os direitos indígenas, a natureza e a vida de todos e de tudo, que depende substancialmente da proteção da Amazônia e dos outros biomas.

Permanecemos à disposição deste Ministério Público e gostaríamos de receber informações sobre o desenvolvimento do diálogo com as lideranças Ka'apor a respeito dos temas acima apresentados”.

5

# RECOMENDAÇÕES E ENCAMINHAMENTOS

Em síntese, as recomendações da missão ao povo Ka'apor são as seguintes:

- 1** Criação de uma força tarefa do Ministério Público Federal, com participação e assessoria de outras entidades, movimentos e pastorais, para providências efetivas frente às denúncias acima apresentadas;
- 2** Abertura de diálogos entre a nova gestão federal da FUNAI e o povo Ka'apor, por meio do Conselho Indígena autodeterminado Tuxa Ta Pame, em vista de políticas de educação, saúde e proteção deste povo conforme o modelo de autogestão construído por ele;
- 3** Apoio da FUNAI e do DSEI às Áreas de Proteção Ka'apor: mesmo não se tratando de aldeias, são espaços de convivência e proteção assumidos coletivamente pelos povos indígenas a fim de defender seus territórios;
- 4** Cumprimento de sentença, tramitando sob processo n. 1028237-82.2021.4.01.3700, onde foi determinado à UNIÃO, FUNAI e IBAMA que elaborassem plano de fiscalização de modo a garantir a mais plena, efe-

tiva e contínua proteção das seguintes áreas: Terra Indígena Alto Turiaçu, Awá-Guajá e Caru, bem como, a implantação de postos de fiscalização no perímetro das TIs com fulcro em coibir de forma integral e efetiva a atividade ilegal de devastação dessa região.

Recentemente, por consequência desta ação jurídica, o Ministério da Justiça e Segurança Pública autorizou pela Portaria Ministerial n. 568 o emprego de parte do efetivo da Força Nacional de Segurança Pública em ações da FUNAI nas áreas da União destinadas ao usufruto exclusivo de comunidades Awá Guajá e Ka'apor, no Maranhão. Mesmo representando um passo adiante, esta missão se limita a 90 dias de operações, cuja continuidade precisa ser garantida;

- 5** Fiscalização ambiental nas regiões em volta da TI Alto Turiaçu, levando em consideração os impactos diretos e indiretos que o garimpo provoca às áreas indígenas, bem como aos moradores/as dos referidos municípios. Verificar possíveis invasões de garimpeiros dentro da TI e expulsar os mesmos;
- 6** Fiscalização do território contra a plantação e beneficiamento de drogas e o aliciamento e venda de drogas para indígenas nas comunidades de Santa Luzia do Paruá, Maranhãozinho, Centro do Guilherme e Centro Novo do Maranhão;
- 7** Fiscalização sobre operações de empresas mineradoras que atuam à margem da TI e estariam possivelmente realizando prospecções no território indígena;
- 8** Fiscalização e monitoramento das atividades da empresa Worldlife Works e da ONG Forest Trend com respeito a reuniões na TI Alto Turiaçu e à falta de autorização do conselho de gestão Ka'apor quanto a isso;
- 9** Prioridade no acompanhamento da Ação Civil Pública 1027565-11.2020.4.01.3700, ajuizada pelo MPF, tendo como assistente de acusação o CIMI, sobre saúde indígena no MA.



# COMPROMISSOS COMO IGREJA

A Igreja Católica que organizou a missão Ka'apor assume alguns compromissos de continuidade da mesma, tanto por meio da Comissão para Ecologia Integral e Mineração, como pelas pastorais Conselho Indigenista Missionário, Conselho Pastoral de Pescadores e a entidade Igrejas e Mineração:

- Continuar acompanhando a causa do povo Ka'apor por meio de visitas e presença constante, especialmente graças ao intenso trabalho do CIMI na região;
- Divulgar amplamente este Relatório de Visita, como instrumento de conscientização, denúncia, fortalecimento da solidariedade junto ao povo Ka'apor;

- Participar da próxima edição da Marcha da Floresta, que será organizada pelo povo Ka'apor em 2024, com particular destaque para a memória da luta e da causa do líder indígena Sarapó;
- Permanecer atenta ao diálogo entre MPF e Tuxa Ta Pame e disponível no acompanhamento dos encaminhamentos e das decisões tomadas;
- Oferecer oportunidades de formação e intercâmbio para uma compreensão ampla e crítica sobre os riscos das “falsas soluções” dos créditos de carbono;
- Avaliar possibilidades de denúncias das violações sofridas pelo povo Ka'apor junto a instituições internacionais de defesa dos direitos humanos.





# CLIPPING



## Televisão

**TV Band 21/12/23:**

<https://drive.google.com/file/d/1ixDUutBoqZRowAZHnOx-9ud4RvU-4Zyvf/view?usp=sharing>

**TV Mirante 21/12/23:**

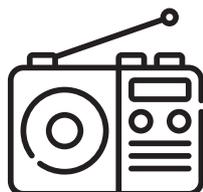
<https://drive.google.com/file/d/1IQPPvks8tAnvfJKO3gceJTKZ-gpsmK-XL/view?usp=sharing>

**TV Guará 21/12/23**

<https://drive.google.com/file/d/1nxyl1Ozvf2WbSFOQ28TV7G-3fn0P4ig-M/view?usp=sharing>

**Rede Notícias da Amazônia**

[https://redenoticiasdamazonia.com.br/?post\\_type=post&p=1484](https://redenoticiasdamazonia.com.br/?post_type=post&p=1484) (minuto 15'25'')



## Rádio

19/12/2023

### Jornal Amazônia é Notícia-19/12/23

[https://redenoticiasamazonia.com.br/?post\\_type=post&p=1484](https://redenoticiasamazonia.com.br/?post_type=post&p=1484)

23/12/2023

**Programa Igreja em Ação do Regional NE 5, transmitido pelas rádios: Educadora 560 (São Luís-MA), Educativa (Coroatá – MA) e Boa Notícia (Balsas-MA):**

[https://drive.google.com/file/d/1vOkMOe3EpTg3hZHUvzdXR\\_\\_ikFaewlA2/view?usp=sharing](https://drive.google.com/file/d/1vOkMOe3EpTg3hZHUvzdXR__ikFaewlA2/view?usp=sharing)



## Internet

19/12/2023

<https://www.cnbb.org.br/a-comissao-especial-paraecologia-integral-e-mineracao-da-cnbb-realiza-visitade-solidariedade-ao-povo-kaapor-ma/>

<https://www.cnbbne5.org/post/comiss%C3%A3o-paraa-ecologia-da-cnbb-realiza-visita-de-solidariedade-aopovo-ka-apor-do-maranh%C3%A3o>

<https://terrasindigenas.org.br/pt-br/noticia/221540>

<https://cimi.org.br/2023/12/coletiva-de-imprensa-povokaaporma/#:~:text=O%20objetivo%20da%20visita%20%C3%A9%20fazer%20um%20momento,e%20den%C3%BAncias%2C%20para%20darlhe%20mais%20visibilidade%20e%20apoio.>

<https://povosecomunidadestradicionais.blogspot.com/2023/12/visita-de-solidariedade-ao-povo-kaapor.html>

**21/12/2023**

<https://www.cnbb.org.br/o-povo-kaapor-pede-ajuda-a-igreja-na-defesa-da-vida-da-floresta-e-das-terrasindigenas/>

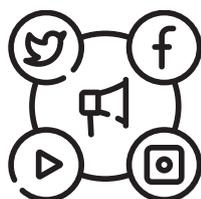
<https://www.cnbbne5.org/post/o-povo-ka-apor-pedeajuda-%C3%A0-igreja-na-defesa-da-vida-e-da-floresta>

<https://cepastcnbb.org.br/o-povo-kaapor-pede-ajuda-a-igreja-na-defesa-da-vida-e-da-floresta/>

**22/12/2023**

<https://professorcorreia.com.br/2023/12/22/visita-desolidariedade-ao-povo-kaapor-do-maranhao/>

<https://educadora560.com.br/o-povo-kaapor-pedeajuda-a-igreja-na-defesa-da-vida-e-da-floresta/>



## Redes sociais

**19/12/2023 - @cnbbne5:**

[https://www.instagram.com/p/C1ChJXYua9N/?img\\_index=1](https://www.instagram.com/p/C1ChJXYua9N/?img_index=1)

**19/12/2023 - @cptnacional e @gedmma\_oficial:**

O povo Ka'apor está sob constantes ameaças de madeireiros, garimpeiros e mineração industrial e sofre a sedução dos créditos de... | Instagram

**20/12/2023 - @cnbbne5:**

[https://www.instagram.com/p/C1F20o5pgSh/?img\\_index=1](https://www.instagram.com/p/C1F20o5pgSh/?img_index=1)

**20/12/2023 - Missionários Combonianos Brasil:**

<https://www.facebook.com/watch/?v=902710450960508>

**21/12/2023 - @cnbbne5:**

[https://www.instagram.com/p/C1H3lCIJf-G/?img\\_index=1](https://www.instagram.com/p/C1H3lCIJf-G/?img_index=1)

**22/12/2023 - @cnbbne5:**

<https://www.instagram.com/p/C1KEYGWOEsy/>



Comissão Especial  
para a Ecologia  
Integral e Mineração